



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Resolução nº 009/12

Altera a redação dos arts. 6º, 7º e 8º do  
Regimento Interno da Assembleia  
Legislativa do Estado do Paraná.

**Art. 1º** Os arts. 6º, 7º e 8º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná passam a vigorar com a seguinte redação:

**\*Art.6º** Os membros da Mesa terão mandato de dois anos e na sua composição será observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares formados até o dia da posse, no início de cada legislatura.

**Art. 7º** A partir do dia 10 de outubro do segundo ano de cada Legislatura, o Presidente da Assembleia Legislativa, após ouvir o Colégio de Líderes, designará, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, o dia e a hora para que se proceda, sob coordenação da Comissão Executiva, a eleição da Mesa Diretora, para as 3ª e 4ª Sessões Legislativas, da mesma Legislatura.

**Parágrafo único.** O prazo para inscrição de chapas para a composição da Mesa é de 02 (dois) dias contados da convocação de que trata o *caput*.

Art. 8º A eleição dos membros da mesa far-se-á por meio de votação nominal, utilizando-se o Painel Eletrônico de Votação, exigida a maioria absoluta de votos.


§ 1º Não obtida a maioria absoluta, o processo de votação será renovado, exigindo-se, em segundo escrutínio, a maioria simples de votos, presente a maioria dos Deputados.

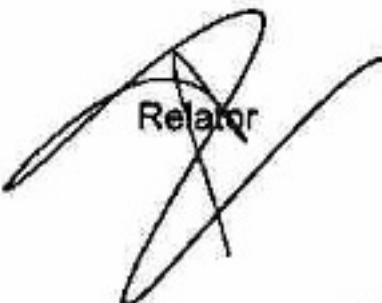
§ 2º Em segundo escrutínio, a eleição será realizada entre as duas chapas mais votadas.

§ 3º Em caso de empate no segundo escrutínio, será considerada eleita a chapa que for encabeçada pelo candidato a Presidente que conte com o maior número de legislaturas e se, ainda assim, persistir o empate a chapa eleita será aquela encabeçada pelo candidato mais idoso.

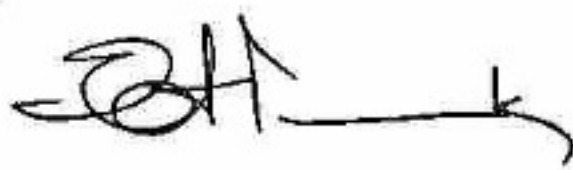
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de junho de 2012.

  
ALEXANDRE CUR)  
Presidente

  
Relator





DEP RASCA RODRIGUES

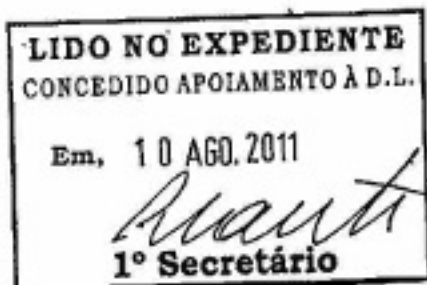


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 02



PROJETO DE LEI Nº 627/11

**Súmula:** Estabelece normas de parceria entre o poder público e o setor privado para instalação, retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná e adota outras providências

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECRETA:**

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas normas para instalação de coletores de bitucas de cigarros, retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada das mesmas de locais públicos e com grande aglomeração de pessoas.

**Parágrafo Único.** As normas de que trata o "caput" do art. 1º da presente lei serão executadas através de parceria/convênio entre o poder público e o setor privado.

**Art. 2º.** Entende-se por parceiros conveniados do setor privado, pessoas de natureza jurídica, prestadoras de serviços, aptas a implantar, coletar, reciclar e destinar adequadamente os resíduos provenientes do consumo de cigarros.

**Art. 3º.** A parceria/convênio entre o poder público e o setor privado será firmada em conformidade com a legislação vigente.

**Art. 4º.** Locais públicos e com grande aglomeração de pessoas, são ambientes profissionais ou de lazer de uso comum e de posse coletiva, freqüentados pela população, tais como: praias, praças, parques, estádios de futebol, rodoviárias, aeroportos e similares.

**Art. 5º.** A instalação dos coletores de bitucas será feita em locais apropriados e de fácil acesso aos fumantes nos moldes da Lei nº 16.239, de 29 de setembro de 2009, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 6.352 de 26 de fevereiro de 2010.



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 03

**Art. 6º.** É responsabilidade dos parceiros/conveniados a retirada sistematizada, transporte, reciclagem e destinação adequada das bitucas depositadas nos coletores instalados, de que trata o "caput" do Art. 5º desta lei.

**Art. 7º** – Após a coleta as bitucas de cigarro serão submetidas a processo de compostagem para a retirada de metais pesados e demais substâncias agressivas ao meio ambiente e posteriormente misturados a composto orgânico e resíduos vegetais para utilização como adubo em áreas de reflorestamento existentes no Estado do Paraná.

**Art. 8º.** Os parceiros/conveniados poderão realizar campanhas educativas objetivando conscientizar os fumantes e a população em geral da importância de preservação do meio ambiente, promovendo o incentivo à utilização dos coletores de bitucas e o firmamento de novas parcerias/convênios.

**Parágrafo único.** Fica facultada a divulgação dos logotipos dos parceiros/conveniados nos coletores por eles adquiridos.

**Art. 9º** - Na regulamentação, o Poder Executivo poderá expedir outras normas que julgue necessárias para disciplinar a presente lei.

**Art. 10º** - As despesas decorrentes da execução desta lei serão providas de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 11º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de agosto de 2011

**RASCA RODRIGUES**  
Deputado Estadual -PV



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



## JUSTIFICATIVA

Com a aprovação da Lei Antifumo nº. 16.239/2009 no Estado do Paraná áreas consideradas fechadas tornaram-se livres da fumaça do cigarro. Sua aplicabilidade contribuiu sobremaneira na melhoria da qualidade do ar desses locais. No entanto a adequação da população fumante à legislação proibitiva ao fumo fez com que esses indivíduos migrassem para locais considerados públicos e abertos, a consequência é a grande quantidade de resíduos (bitucas) encontrados nas ruas e avenidas (guias e bueiros), calçadas, praias, praças, parques, estádios de futebol, rodoviárias, aeroportos, dentre outros, gerando sérios problemas ambientais.

É sabido que a decomposição dos resíduos provenientes dos cigarros na natureza é de dois a cinco anos, e que em sua composição encontram-se mais de 4.700 substâncias químicas, dentre elas metais pesados, pesticidas, inseticidas, arsênico e outros componentes que podem atingir o lençol freático, plantas e animais. Estudos comprovam que a cada 20 bitucas lançadas numa área de manancial por exemplo, gera poluição equivalente a um litro de esgoto sem tratamento.

Diante desses fatos é necessário que se implante normas com o intuito de coibir o descarte desordenado e crescente desses resíduos. A forma encontrada está na parceria entre o poder público e setores da iniciativa privada com aptidão para implantar, coletar e destinar corretamente os mesmos. Os principais objetivos a serem atingidos são: melhorar a saúde da população, dos animais e de proteger o meio ambiente. Vale salientar que a implantação do contido na proposta possibilita ainda a realização de campanhas que conscientizarão e reeducarão os cidadãos sobre a importância da coleta e da reciclagem desses materiais.

Face ao exposto, solicito o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis na aprovação da matéria.

*h*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

(16)

**PARECER AO PROJETO DE LEI 627/11**

Projeto de Lei nº 627/11  
Autor: Deputado Rasca Rodrigues

**SÚMULA:** Estabelece normas de parceria entre o Poder Público e o setor privado para instalação, retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná e adota outras providências.

**EMENTA:** ESTABELECE NORMAS DE PARCERIA ENTRE O PODER PÚBLICO E O SETOR PRIVADO PARA INSTALAÇÃO, RETIRADA, TRANSPORTE, RECICLAGEM E DESTINAÇÃO ADEQUADA DE BITUCAS DE CIGARROS NO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE CONFORME EMENDA MODIFICATIVA. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues visa estabelecer normas para parcerias entre o Poder Público e o setor privado para instalação, retirada, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná e adota outras providências.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Acerca da análise do Projeto de Lei em questão, é de competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção ao meio ambiente, conforme o artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, determina:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;**

A matéria abordada no Projeto de Lei do Deputado Estadual Rasca Rodrigues é, evidentemente, uma questão de proteção ao meio ambiente, pois é de conhecimento de todos os malefícios que a destinação incorreta de resíduos sólidos, especialmente bitucas de cigarros que contêm incontáveis substâncias químicas e cancerígenas, pode causar ao ambiente.

Não obstante ao caráter meritório do presente Projeto, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar tal projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

18

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, como bem podemos observar pelo trecho abaixo transcrito:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)**

Desta forma, após a análise completa do Projeto de Lei em tela, considera-se que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual, portanto o Nobre Deputado Estadual é legitimado e competente para legislar acerca do tema, não cabendo questionar eventual vício de iniciativa.

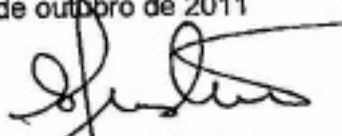
Portanto, resta claro que a matéria em questão encontra-se em conformidade com todos os preceitos constitucionais, gozando de legalidade e de constitucionalidade.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.






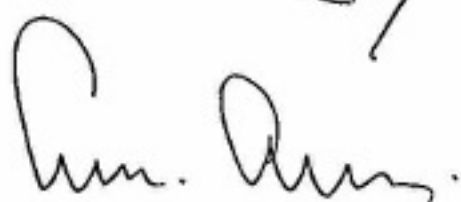
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei conforme emenda modificativa em anexo, por assim estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011

  
**NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**CESAR SILVESTRI FILHO**  
Relator

  
  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 627/11

O Deputado que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, com fulcro no art. 137, §4º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Resolução 001/05), propõe a seguinte emenda modificativa ao Projeto de Lei nº.: 627/11, de autoria do Excelentíssimo Deputado Estadual Rasca Rodrigues.

O parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei 627/11, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Parágrafo Único.** *As normas de que trata o "caput" do art. 1º da presente lei serão executadas exclusivamente através de parceria/convênio entre o poder público e o setor privado.*

O parágrafo único do art. 8º do Projeto de Lei 627/11, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Parágrafo único.** *Fica facultada a divulgação dos logotipos dos parceiros/conveniados nos coletores por eles adquiridos como contrapartida pelo serviços executados pelos parceiros/conveniados.*


O art. 10 do Projeto de Lei 627/11, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 10º** - *As despesas decorrentes da execução desta lei serão providas exclusivamente pelos parceiros/conveniados, não podendo gerar custos ao poder público.*

Sala das Comissões em 18 de outubro de 2011

  
  
  
CESAR SILVESTRI FILHO

Deputado Estadual

  
Ass. Amm



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

## JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa tem o condão de reafirmar a finalidade do projeto de lei originário, ou seja, que o Governo do Estado do Paraná poderá firmar parcerias para a correta coleta e destinação das bitucas de cigarro no Estado, sem contudo gerar custos à administração pública.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 627/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, estabelece normas de parcerias entre o poder público e o setor privado para instalação retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná.

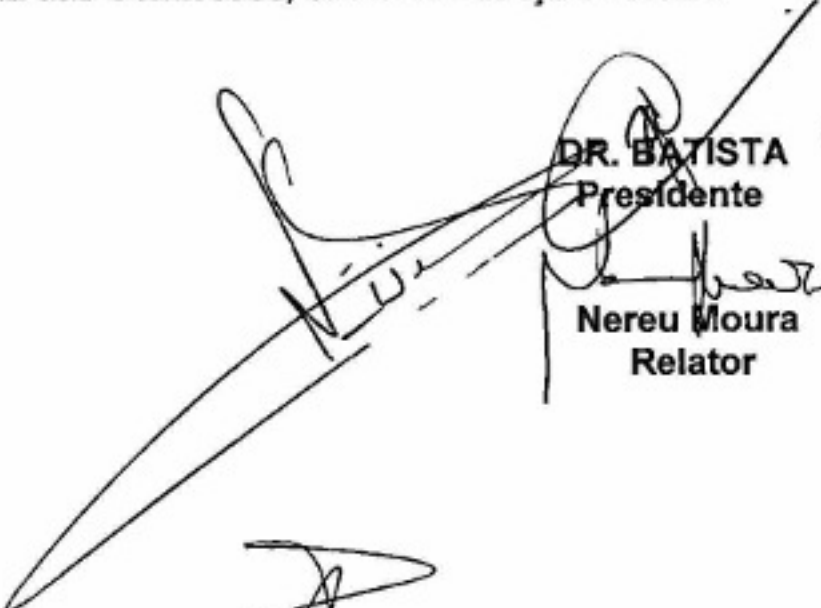
A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de melhorar a saúde da população, dos animais e de proteger o meio ambiente, vale salientar que a implantação do contido na proposta possibilita ainda a realização de campanhas que conscientizarão e reeducarão os cidadãos sobre a importância da coleta e da reciclagem desses materiais. Com a legislação proibitiva ao fumo fez com esses indivíduos migrassem para lugares considerados públicos e abertos, a consequência é a grande quantidade de resíduos (bitucas) encontrados nas ruas e avenida (guias e bueiros), calçadas, praias, praças, parques, estádios de futebol, rodoviárias, aeroportos, dentre outros, gerando sérios problemas ambientais.

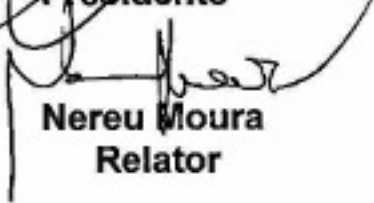


Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

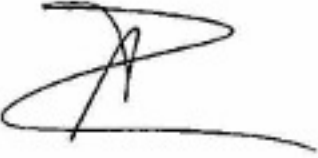
Sala das Comissões, em 27 de março de 2012.



DR. BATISTA  
Presidente



Nereu Moura  
Relator





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 627/11



Projeto de Lei nº 627/11

Autor: Deputado Rasca Rodrigues

**Súmula:** Estabelece normas de parceria entre o poder público e o setor privado para a instalação, retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná e adota outras providências.

**EMENTA:** NORMAS PARA RETIRADA TRANSPORTE, RECICLAGEM E DESTINAÇÃO DE BITUCAS DE CIGARROS. PARCERIA ENTRE PODER PÚBLICO E O SETOR PRIVADO. MÉRITO. PARECER FAVORÁVEL.

### PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, visa estabelecer normas de parceria entre o poder público e o setor privado para a instalação retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná e adota outras providências.

Os objetivos do presente Projeto de Lei, são de impedir que os resíduos oriundos dos cigarros sejam jogados indiscriminadamente em vias, calçadas, praças e outros locais públicos impedindo assim a contaminação do solo e da água.

Com a aprovação da Lei Antifumo nº. 16.239/2009 no Estado do Paraná áreas consideradas fechadas tornaram-se livres da fumaça do cigarro. Sua aplicabilidade contribuiu sobremaneira na melhoria da



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



qualidade do ar desses locais. No entanto a adequação da população fumante à legislação proibitiva ao fumo fez com que esses indivíduos migrassem para locais considerados públicos e abertos, a consequência é a grande quantidade de resíduos (bitucas) encontrados nas ruas e avenidas (guias e bueiros), calçadas, praias, praças, parques, estádios de futebol, rodoviárias, aeroportos, dentre outros, gerando sérios problemas ambientais.

É sabido que a decomposição dos resíduos provenientes dos cigarros na natureza é de dois a cinco anos, e que em sua composição encontram-se mais de 4.700 substâncias químicas, dentre elas metais pesados, pesticidas, inseticidas, arsênico e outros componentes que podem atingir o lençol freático, plantas e animais. Estudos comprovam que a cada 20 bitucas lançadas numa área de manancial por exemplo, gera poluição equivalente a um litro de esgoto sem tratamento.

Diante desses fatos é necessário que se implante normas com o intuito de coibir o descarte desordenado e crescente desses resíduos. A forma encontrada está na parceria entre o poder público e setores da iniciativa privada com aptidão para implantar, coletar e destinar corretamente os mesmos. Trazendo assim melhora da saúde da população, dos animais e do meio ambiente.

## FUNDAMENTAÇÃO

Ao analisarmos a proposta em questão, verificamos a existência de Emenda modificativa de autoria do nobre Parlamentar Cezar Silvestri Filho que trata da exclusividade da parceria, da divulgação e dos custos destas. Após a análise da matéria pode-se verificar que esta não prejudica o objeto da matéria.

Quanto ao Caráter meritório do presente Projeto de Lei, verifica-se que o nobre Deputado detém competência necessária para apresentar tal proposta, determinada pela Constituição Federal, vejamos:

**“Art. 24. Concorre à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;”

A matéria abordada no Projeto de Lei do Eminentíssimo Deputado Rasca Rodrigues é evidentemente ligada ao meio ambiente, haja vista razões já apresentadas na introdução do presente relatório, estando a matéria em conformidade com os preceitos legais e técnicos para a continuidade de sua tramitação.

## CONCLUSÃO:

Diante dos motivos expostos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei com acolhimento do texto da emenda modificativa do Nobre Deputado Cezar Silvestri Filho.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

Presidente

DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
EMENDA DE PLENÁRIO 1 - DAP. 23/05/12

**EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº**  
**627/2011**

DL  
Fls. 32  
91

Em conformidade com a previsão contida no art. 137, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos a presente emenda supressiva ao Projeto de Lei 627/11, conforme segue:

Art. 1º - O art. 5º do Projeto de Lei 627/11 passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 5º - A instalação dos coletores de bitucas será feita em locais apropriados e de fácil acesso aos fumantes nos moldes da Lei 16.239 de 29 de setembro de 2009."**

Art. 2º - Fica suprimido o art. 7º do Projeto de Lei 627/11, renumerando-se os artigos posteriores.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2012.

Deputado ADEMAR TRAIANO  
Líder do Governo

JUSTIFICATIVA:

Obedecendo-se o que rege a Lei Complementar Federal nº 95/98 e as normas que versam sobre técnica legislativa, uma lei ordinária não pode se remeter a uma norma infra-legal. Para corrigir isso, propõe-se na presente emenda, alteração no art. 5º do projeto, retirando a citação do Decreto 6.352 de 26 de fevereiro de 2010.

A emenda também tem como escopo suprimir o art. 7º, tendo em vista que, conforme Informação Técnica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a compostagem das bitucas de cigarro não elimina a presença de metais pesados e demais substâncias agressivas ao meio ambiente, sendo inviável, portanto, a sua utilização como adubo em áreas de reflorestamento.



PARECER À EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 627/11

Projeto de Lei nº.: 627/11

Autor: Ademar Traiano

**Súmula:** Estabelece normas de parceria entre o Poder Público e o setor privado para instalação, retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná e adota outras providências.

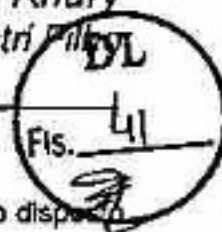
**EMENTA:** OBJETIVA SUPRIMIR PARTE DA REDAÇÃO DO ART. 5º E O ART. 7º DO PROJETO DE LEI 627/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33-A, 137, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, estabelece normas de parceria entre o poder público e o setor privado para instalação, retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná e adota outras providências, tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 18 de outubro de 2011.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário, referido projeto recebeu emenda supressiva, de autoria do Deputado Ademar Traiano.

Por esta razão é que a referida emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



### FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 85, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, 53º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §1º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como supressiva aquela proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

DE  
42  
Fis. Lei  
7

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto no Projeto de Lei Complementar n.º 95/98.

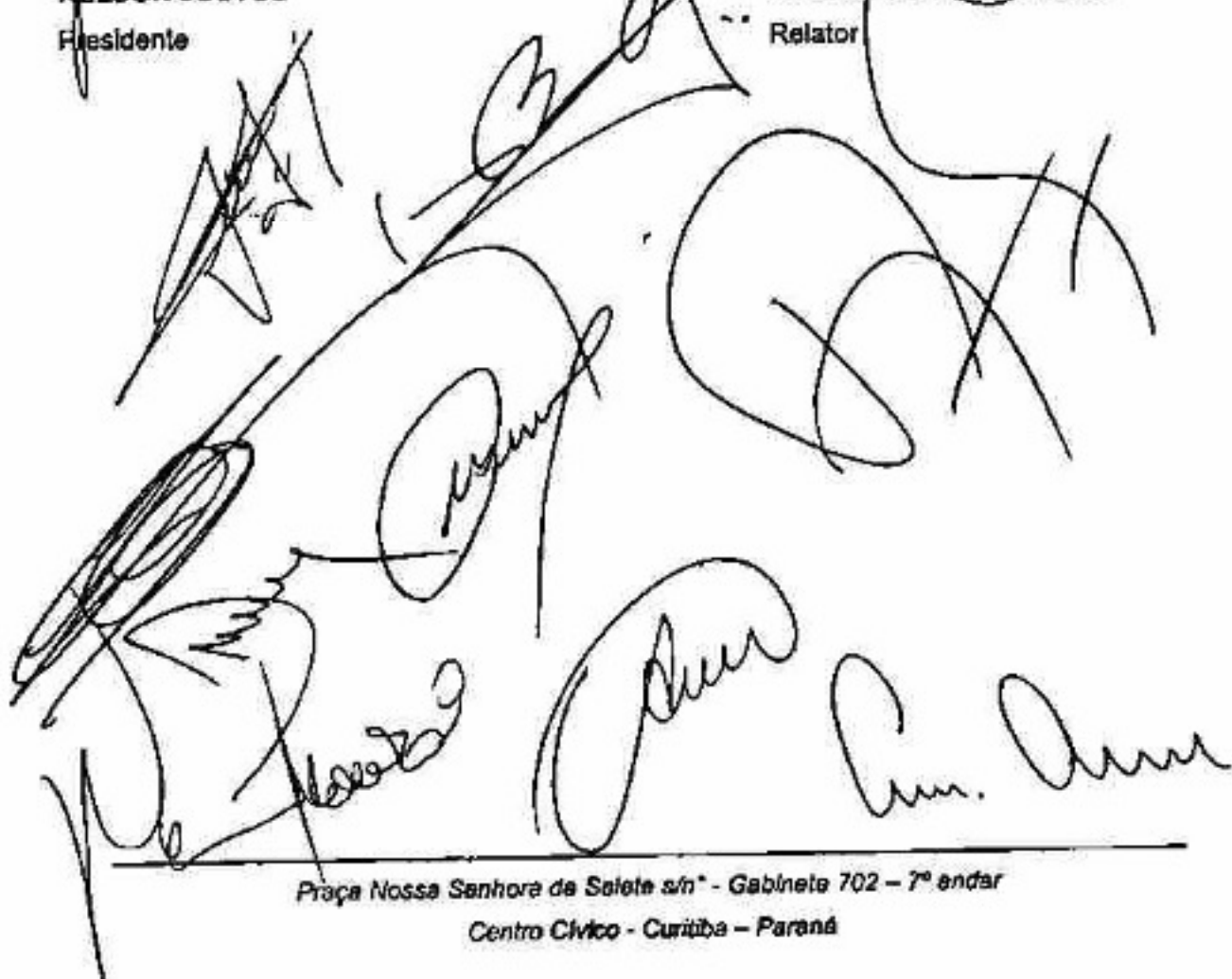
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Supressiva, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012

  
NELSON JUSTUS  
Presidente

  
CESAR SILVESTRI FILHO  
Relator







DEP. EVANDRO JUNIOR  
**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Evandro Junior

D. L.  
Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 666/11



Ementa: Cria a exigência para que os laboratórios e clínicas de análise sanguínea sugiram a todos os pacientes e usuários a possibilidade de doação de sangue como amostra para efeitos de manutenção do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea.

RESOLVE:

Art. 1º - Todos os laboratórios e clínicas de análise sanguínea instalados no território do Paraná ficam obrigados a propor aos eventuais doadores e/ou usuários de serviços de análise sanguínea a possibilidade de doação de 5ml (cinco mililitros) a 10ml (dez mililitros) de sangue como amostra para efeitos de manutenção do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea.

§ 1º - O laboratório deverá manter a resposta da proposta junto com o cadastro do doador.

§ 2º - A amostra de sangue obtida por meio de concordância do usuário deverá ser enviada para a entidade habilitada da sua região, conforme anexo I.

Art. 2º - Os laboratórios e clínicas de análise sanguínea ficam obrigados a afixar cartazes em locais visíveis de seus estabelecimentos, bem como devem fazer constar nos impressos de resultados de todos os exames realizadas informações sobre esta lei.

Parágrafo Único - Nas informações prestadas nos termos deste artigo deverão constar:

- I - a simplicidade do procedimento de doação de amostra de sangue;
- II - frases ou mensagens de incentivo a realizar a doação de amostra de sangue;
- III - Importância da doação de medula óssea.

Praça Nossa Senhora da Safete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Gabinete Deputado Evandro Junior**

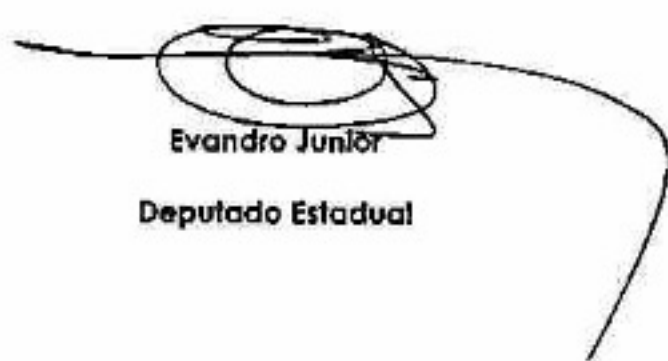
D. L.

Fis. 03

Art. 3º - O laboratório ou clínica que não cumprir as condições estabelecidas nesta lei estarão sujeitos à multa de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) por infração.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições contrárias.

**Sala das Sessões, 22 de agosto de 2011.**



Evandro Junior

Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea Redome, a chance de um brasileiro localizador doador em território nacional é de 30 vezes maior em relação à possibilidade de encontrá-lo no exterior, por causa das características genéricas. Além disso, o doador ideal (irmão compatível) só está disponível em cerca de 30% das famílias brasileiras. Para 70% dos pacientes é necessário identificar um doador alternativo.

Assim, o objetivo desta lei é possibilitar a ampliação de dados que possam revelar eventuais doadores de medula óssea, abrindo a possibilidade de salvar milhares de vidas.

Em outras palavras, um simples exame de sangue pode revelar doadores de medula óssea em potencial.

É importante ressaltar que esta lei não visa a obrigar ninguém a doar nem sangue nem medula óssea, apenas expandir a possibilidade e a probabilidade de encontrar possíveis doadores de medula óssea.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Evandro Junior*



**ANEXO I**

**APUCARANA - HEMONÚCLEO**

Rua Antônio Ostrenski, 03 - Centro - Apucarana - PR - CEP: 86800-200  
Fone: Fax (43) 3420-4216/3422-9798/3420-4200  
E-mail: hemoapucarana@sesa.pr.gov.br

**CAMPO MOURÃO - HEMONÚCLEO**

Rua Mamborê, 1500 - Centro, CEP 87302-140  
Fone (44) 3525-1102 Fax (44) 3525-1712/3523-1844  
E-mail: dirhemocampo@sesa.pr.gov.br/hemocampo@sesa.pr.gov.br

**CASCADEL - HEMOCENTRO**

Rua Avaetés, 370 - Santo Onofre, CEP 85806-380  
Fone: Fax: (45) 3226-4549/3226-0808  
E-mail: sesahemo@pr.gov.br/hemocrh@sesa.pr.gov.br

**CIANORTE - U.C.T**

Praça da República, 71 - CEP: 87200-000  
Fone: (44) 3619-1900/3629-4991/3619-1991 - Fax : 3629-2894  
E-mail: sesacne@pr.gov.br/cecisnop@uol.com.br

**CORNELIO PROCÓPIO - U.C.T**

Rua Justino Marques Bonfim, 27 - CEP: 86300-000  
Fone: Fax (43) 3520-3500/3524-2388  
E-mail: sesarcpp@pr.gov.br/rdiretor@pr.gov.br

**CURITIBA - HEMEPAR**

Travessa João Prosdócimo, 145 Alto da XV CEP 80060-220  
Fone: (41) 3281-4000 Fax: (41) 3264-7029  
E-mail: hemepar@pr.gov.br

**CURITIBA - BIOBANCO**

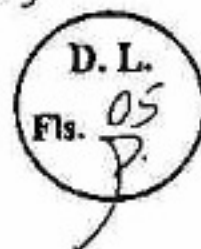
Rua Agostinho de Leão Junior, 108 - Centro - 80060-240  
Fone (41) 3360-1875  
E-mail: hemo@hc.ufpr.br,

**CURITIBA - HEMOBANCO**

Rua Capitão Souza Franco, 290 - Bigorrião - 80730-420  
Fone (41) 3023-5545  
E-mail: hemobanco@uol.com.br



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Evandro Junior*



**CURITIBA - Santa Casa de Curitiba**  
Praça Rui Barbosa, 694 - Centro - 80010-030  
Fone (41) 3322-2387  
E-mail: bancosangue@terra.com.br

**CURITIBA - Hospital Erasto Gaertner**  
Rua Dr.Ovande do Amaral, 201 - Jd.Americas - 81520-060  
Fone (41) 3361-5000  
E-mail;

**FOZ DO IGUAÇU - HEMONÚCLEO**  
Hospital Ministro Costa Cavalcanti  
Avenida Gramado, 364 Vila "A" de Itaipu CEP: 85860-460  
Fone: (45) 3576-8020/3576-8000  
E-mail:  
hemonucleofi@hotmail.com/hemofoz@sesa.pr.gov.Br/hemofozInform  
atica@sesa.pr.gov.br

**FRANCISCO BELTRÃO - HEMONÚCLEO**  
Rua Marília, 1327 Entre Rios - CEP 85604-400  
Fone: (46) 3524-2434  
E-mail: hemofnb@pr.gov.Br/Hrfbrcoh@pr.gov.br

**GOIOERÊ - U.C.T**  
Avenida Bento Munhoz da Rocha, 462 - CEP: 87360-000  
Fone: (44) 3909-3034/3522-1745/3522-1240 - Fax: 3909-3033  
E-mail: saude.goloere@brturbo.com.br

**GUARAPUAVA - HEMONÚCLEO**  
Rua Afonso Botelho, 134-Tríanon CEP: 85015-000  
Fone: (42) 3622-2819/3622-3790/3621-3600  
E-mail: hemoguarapuava@sesa.pr.gov.br

**IRATI - U.C.T**  
Rua Coronel Graça, 761 fundos - Centro - CEP: 84500-000  
Fone: (42) 3422-3119/3423-2400  
E-mail: rs04sam@pr.gov.br

**IVAIPORÃ - U.C.T**  
Rua Diva Proença, 500 - Centro - CEP: 86870-000  
Fone: Fax (43) 3472-2575/3272-4343 - Fax: 3472-1428  
E-mail: uctivaipora@hotmail.com



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Evandro Junior*



**JACAREZINHO - U.C.T**

Rua Paraná, 1261 2º andar - CEP: 86400-000  
Fone: fax (43) 3525-0356 regional (43) 3527-1777 (fax)  
E-mail: uctjac@sesa.pr.gov.br

**LONDRINA - HEMOCENTRO**

Rua Cláudio Donizete Cavalleri, 156 JD Aruba CEP 86038-670  
Fone Fax (43) 3371-2366/3371-2218/3371-2468  
E-mail:  
hemolon@uel.Br/Info17rs@sesa.pr.gov.Br/dar17rs@sesa.pr.gov.br

**MARINGÁ - HEMOCENTRO**

Avenida Mandacaru, 1600 CEP: 87080-000  
Fone: Fax:(44) 2101-9154/2101-94-00/2101-9100  
E-mail:  
hemomaringa@sesa.pr.gov.br/hemocentromga@sesa.pr.gov.br

**PALMAS - U.C.T**

Rua Joaquim de Araújo Perpétuo, 170 Centro - CEP: 58555-000  
Fone: Fax (46) 3262-6013  
E-mail: hemopalmas@sesa.pr.gov.br/uctpalmas@sesa.pr.gov.br

**PARANAGUA - U.C.T**

Avenida Gabriel de Lara, 481 CEP: 83203-250  
Fone: Fax (41) 3422-4931/3423-1300  
E-mail: hemopagua@hotmail.com/sampng@pr.gov.br

**PARANAVAI - HEMONÚCLEO**

Rua Rio Grande do Sul, 2390 CEP: 87704-320  
Fone: (44) 3423-1823/3423-6944 - Fax: 3421-5100  
E-mail: hemoparanaival@sesa.pr.gov.br

**PONTA GROSSA - HEMONÚCLEO**

Rua General Osório Esquina c/ Coronel Dulcídio s/n - Ponta Grossa -  
PR- CEP: 84.010.080  
Fone: (42) 3223-1616/3223-1737/3224-4056  
E-mail: sesapgo@pr.gov.br/chiricheia@uol.com.br

**PATO BRANCO - U.C.T**

Rua Paraná, 1633-Sambugaro - CEP: 85501-090  
Fone: (46) 3225-1014  
E-mail: uctpb@sesa.pr.gov.br



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Evandro Junior*



**TELEMACO BORBA - U.C.T**

Rua Leopoldo Volght, 106, CEP: 84261-160

Fone: Fax (42) 3273-3311/3272-3743

E-mail: rs21sam@pr.gov.br/sesateb@pr.gov.br

**TOLEDO - U.C.T**

Rua Almirante Barroso, 2490 - CEP: 85900-020

Fone: Fax (45) 3277-3500

E-mail: ucttoledo@sesa.pr.gov.br/saude.toledo@pr.gov.br

**UMUARAMA - U.C.T**

Avenida Manaus, 4444 - Umuarama - PR - CEP: 83203-250

Fone: Fax (44) 3622-2737/3622-6564

E-mail: uctumuarama@sesa.pr.gov.br

**UNIAO DA VITORIA - U.C.T**

Rua Castro Alves, 26 - Centro - CEP: 84600-000

Fone: (42) 3522-1365/3522-1793

E-mail: hemepr06rs@sesa.pr.gov.br/sam06rs@pr.gov.br



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI 666/11**

Projeto de Lei nº 666/11

Autor: Dep. Evandro Júnior

Súmula: Cria exigência para que os laboratórios e clínicas de análise sanguínea sugiram a todos os pacientes e usuários a possibilidade de doação de sangue como amostra para efeitos de manutenção do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea.

EMENTA: EXIGÊNCIA LABORATÓRIOS E CLÍNICAS DE ANÁLISE SANGUÍNEA SUGERIR A TODOS OS PACIENTES E USUÁRIOS A POSSIBILIDADE DE DOAÇÃO DE SANGUE COMO AMOSTRA PARA EFEITOS DE MANUTENÇÃO DO BANCO DE DADOS DE EVENTUAIS DOADORES DE MEDULA ÓSSEA. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. LEGITIMIDADE AFERIDA. CONSTITUCIONALIDADE. VOTO EM SEPARADO PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Evandro Júnior, tem por intuito criar exigência para que os laboratórios e clínicas de análise sanguínea sugiram a todos os pacientes e usuários a possibilidade de doação de sangue como amostra para efeitos de





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



manutenção do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ainda, cumpre salientar que a Constituição Federal no seu artigo 24º, XII destina a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar concorrentemente na área de saúde, vejamos:

Art. 24º. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.  
(Grifo nosso).

Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



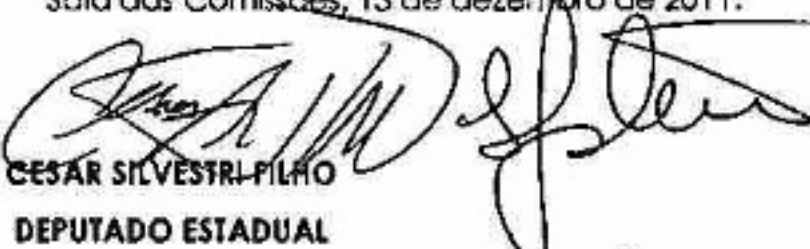
**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**




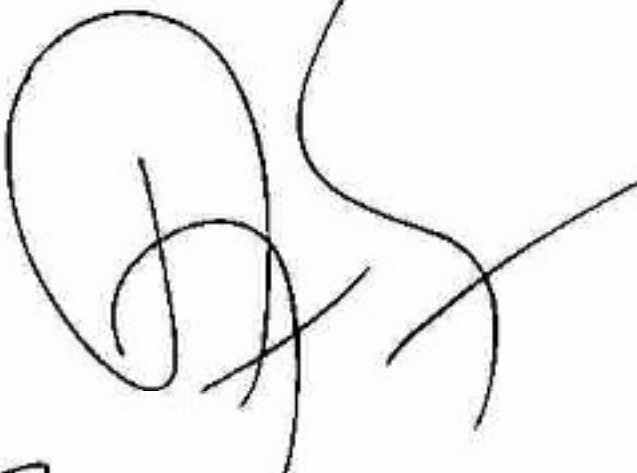

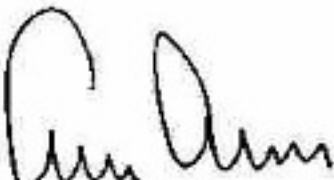


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.

  
**CESAR SILVESTRI-FILHO**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

  
  
  
  
  
  
**VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER**  
Bernardo Sc.  
Dulio  
Odemar Fracasso  
12.12.11



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 666/2011

O Projeto de Lei nº 666/2011, em análise, de autoria do Deputado Evandro Junior, cria a exigência para que os laboratórios e clínicas de análise sanguínea sugiram a todos os pacientes e usuários a possibilidade de doação de sangue como amostra para efeitos de manutenção do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à Proposição.

Trata-se de projeto que impõe aos laboratórios e clínicas de análise de sangue propor e incentivar a pessoa que realizar exame de sangue, a proceder a doação de uma amostra de sangue para inclusão no Cadastro de doadores de medula óssea, ampliando assim a possibilidade de pacientes que necessitam de transplante localizar com maior rapidez doadores compatíveis, cuja importância da medida e demais informações sobre o procedimento serão realizados por diversos meios de divulgação.

Esta Comissão chamada a examinar parecer com base no Art. 33-I, do Regimento Interno, manifesta parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

Deputado TONINHO WANDSCHEER  
Relator

Deputado DR. BATISTA  
Presidente



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

## PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 666/2011

O Projeto de Lei n.º 666/2011, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior tem por objetivo criar exigência para que os laboratórios e clínicas de análise sanguínea sugiram a todos os pacientes e usuários a possibilidade de doação de sangue como amostra para efeitos de manutenção do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea.

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Saúde Pública, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer.

### ANÁLISE DO MÉRITO

Cabe ressaltar que a proposição em tela guarda similitude com o Projeto de Lei 802/2011, o qual recebeu parecer pela Inconstitucionalidade da matéria.

Quanto ao mérito o projeto em questão impõe aos laboratórios e clínicas de análises de sangue propor e incentivar a pessoa que realizar exame de sangue a proceder a doação de uma amostra de sangue para inclusão no Cadastro de Doadores de Medula Óssea, ampliando assim a possibilidade de pacientes que necessitam de transplante localizar com maior rapidez doadores compatíveis, cuja



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Importância da medida e demais informações sobre o procedimento serão realizados por diversos meios de divulgação.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2012.

  
Deputado Tadeu Veneri  
Presidente

  
Deputado Ney Leprevost  
Relator







DL  
FIS. 02  
H

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



GABINETE PARLAMENTAR DO  
DEPUTADO PARANHOS

PROJETO DE LEI Nº

175/12

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 ABR. 2012

*Paranhos*  
1º Secretário

SÚMULA: Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná, a Festa da Leitoa Mateira, realizada anualmente no segundo domingo do mês de junho no Parque de Exposições do Município de Mamborê.

Art. 1º. Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná, a "Festa da Leitoa Mateira", realizada anualmente no segundo domingo do mês de junho no Parque de Exposições do Município de Mamborê.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões em

*Paranhos*  
PARANHOS  
DEPUTADO ESTADUAL

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**

2012



**GABINETE PARLAMENTAR DO**  
**DEPUTADO PARANHOS**

**PROJETO DE LEI Nº**

**SÚMULA:** Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná, a Festa da Leitoa Mateira, realizada anualmente no segundo domingo do mês de junho no Parque de Exposições do Município de Mamborê.

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposta de lei é o reconhecimento pela festividade que muito vem abrilhantando o Município de Mamborê e o turismo do Estado do Paraná.

O nome "Leitoa Mateira" é uma homenagem aos pioneiros que trabalharam com erva mate e suinocultura. Nos velhos tempos, os ervateiros viviam em cabanas construídas no sertão do Paraná, e para estocar a produção construíam depósitos de pau a pique. Naquela época ecoava na mata virgem o urro da onça pintada.

A Região de Mamborê foi ocupada também por safristas, criadores de porcos que soltavam os animais na roça de milho maduro para engorda. Terminado o trabalho exaustivo da roça, vendiam toda a safra de porcos e esses então eram tocados pelos safristas até os mercados consumidores ou frigoríficos. O trajeto era feito à pé, uma grande jornada com aventuras pela mata com travessias pelos rios. Dessa forma, nos idos de 1950 eram transportados os porcos de Mamborê para Frigoríficos de Guarapuava ou Ponta Grossa.

Os safristas, como os ervateiros, moravam em casas de pau a pique, com paredes de varas e ripas, às vezes cobertas de tabuinhas.

Na época a alimentação aproveitava os recursos naturais como caça e pesca sendo que não faltava o chimarrão, feito de erva mate nativa e farta na região.

Nas noites ao redor do fogão de taipa, feito de barro, as pessoas se reuniam e saboreavam carnes, tanto de caça e pesca, como carne de porco.

Para conservar a carne de porco eles usavam o sal e um varal em cima do fogão de taipa para defumá-la. Outra técnica era a de fritar a carne e guardá-la, com a gordura, em latas de 20 litros, conhecida até os dias de hoje como "Carne de Lata". Também faziam a paçoca de carne de porco socada no pilão.

No início dos anos 90, o comerciante Jurandir Sachuk, conhecido como Mestre Jura, começa a servir aos amigos e clientes uma Leitoa assada com tempero e recheio único. O diferencial da leitoa servida por Sachuk é que não continha osso. Do animal eram integralmente retirados os ossos, e produzido um saboroso recheio especial antes de ser levado ao forno, receita esta mantida em segredo pela população local.

No ano de 2003, por meio do Fórum de Desenvolvimento das Cidades, foi realizada uma intensa pesquisa e eleição para saber qual o prato típico do Município de Mamborê, sendo a "Leitoa Mateira" escolhida quase por unanimidade da população.

Desta época em diante, a população passou a divulgar seu prato típico, cuja publicidade tomou dimensões que extrapolaram os limites da localidade, tomando amplitude estadual e nacional.

Nesse sentido, o Município de Mamborê, realiza anualmente uma grandiosa festa, sempre no segundo domingo do mês de junho, no fabuloso Parque de Exposições de Mamborê, conhecida como Festa da Leito Mateira, uma atração turística que movimenta o comércio da cidade e da região.

Sendo assim, conclamamos a todos os nobres pares deste Parlamento a procederem ao devido apoio e aprovação da Proposição que ora encaminhamos por se tratar de matéria justa e meritória para inclusão desta Festa da "Leitoa Mateira", Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná.

**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS



REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 175/2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, com muita honra comparece perante Vossa Excelência, para REQUERER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à tramitação processual legislativa do Projeto de Lei nº 175/2012, nos termos dos artigos 181 e 182, do Egrégio Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2012.

Anote-se e encaminhe-se  
Para Providências  
DL 10.105/12  
Mauro Ribeiro Borges  
Diretor Legislativo

PARANHOS  
DEPUTADO ESTADUAL



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 175/12**

**Projeto de Lei nº 175/2012**

**Autor: Deputado Estadual Paranhos**

**Súmula:** Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná, a Festa da Leitoa Mateira, realizada anualmente no segundo domingo do mês de junho no Parque de Exposições do Município de Mamborê.

**EMENTA:** INSERÇÃO NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ A "FESTA DA LEITOA MATEIRA" NO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Paranhos, objetiva inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a "Festa da Leitoa Mateira", que se realiza anualmente no segundo domingo do mês de junho no Parque de Exposições do Município.

**REGIME DE URGÊNCIA**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apolo e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL

Fls. 17

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



Com relação a presente análise, cabe informar que o Município de Mamborê inseriu em seu calendário de eventos a "Festa da Leitoa Mateira", conforme abaixo se infere. (<http://www.tmoticias.com.br/2012/calendario-2012-eventos-mambore.html>)

JUNHO 2012			
DIA(s)	EVENTO	LOCAL	RESPONSÁVEL
03	FESTA JUNINA	CTG	ESCOLA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
09 E 10	LEILÃO DE GADO GERAL	PARQUE EXPOSIÇÕES	ACCOPAR
10	LEITOA MATEIRA - PRATO TÍPICO DE MAMBORÊ	PARQUE EXPOSIÇÕES	PREFEITURA
12 A 14	SEMANA ANTI DROGAS	CASA CULTURA	ARAMAM

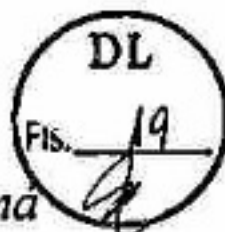
No entanto, verificando o Calendário de Eventos do Estado do Paraná, não se constata a "Festa da Leitoa Mateira" em nenhum município deste Estado.

Ademais a leitoa desossada, com a denominação "Leitoa Mateira", se tomou o prato típico do município de Mamborê no ano de 2002, a qual foi bem aceita pela comunidade, por ser uma forma carinhosa de homenagear aqueles que abriram o sertão e trabalhavam com a erva-mate e suinocultura.

Assim sendo, nada impede que a referida festa seja inserida no Calendário de Eventos do Estado do Paraná, haja vista não existir nenhuma lei a seu respeito.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.

**DEPUTADO CARLO QUINTANA**

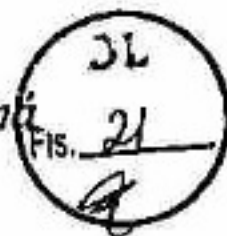
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK**

**RELATOR**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Turismo*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 175/2012**

**Projeto de Lei nº. 175/2012**

**Autor: Deputado Leonaldo Paranhos**

**Súmula:** Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná, a Festa da Leitoa Mateira, realizada anualmente no segundo domingo do mês de junho, no Parque de Exposições do Município de Mamborê.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Leonaldo Paranhos, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial do Estado a "Festa da Leitoa Mateira", realizada anualmente, no segundo domingo do mês de junho, no Parque de Exposições do Município de Mamborê.

A festa ocorre desde o ano de 2003 e tal prato foi escolhido através de uma pesquisa do Fórum de Desenvolvimento das Cidades, tendo sido criado no início dos anos 90 pelo comerciante Jurandir Sachuk, que servia o prato aos amigos e clientes, sendo integralmente retirados os ossos da leitoa e produzido um saboroso recheio antes de ser levado ao forno. Tal nome é uma homenagem aos pioneiros que trabalhavam na região com erva mate e suinocultura.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 15/05/2012, tendo como relator o Deputado Edson Praczyk, sendo agora esta Comissão chamada a se



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Turismo*



manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer festa com o referido nome.

O Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2012.

O  
  
DEPUTADO ANIBELI NETO  
Presidente

  
DEPUTADO BERNARDO CARLI  
Relator



## COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 175/2012

## I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Paranhos propôs o Projeto de Lei nº 175/2012, com o intuito de incluir, no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa da Leitoa Mateira" a ser comemorada, anualmente, no segundo domingo do mês de junho, no Município de Mamborê.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Ilustre Deputado Edson Praczyk, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal. Tão logo aprovado na CCJ, o projeto foi enviado à Comissão de Turismo, recebendo parecer favorável de seu relator nesta comissão, Deputado Bernardo Carli, no que foi acompanhado pelos seus pares na referida comissão.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

## II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Assim sendo, resta claro que as festas e comidas típicas inerentes à cultura de determinada localidade, podem e devem ser enquadradas no patrimônio cultural.

Allado a isso, o § 2º do art. 215 da Constituição Federal determinou que: *"A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais."* Não fosse o bastante, o art. 216 do texto constitucional estabelece que, *in verbis*:

B.

2



Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, os modos de expressão, criação e viver são inerentes ao patrimônio cultural brasileiro. Uma festa que se destina a comemorar um prato típico que faz parte da cultura de determinada localidade se insere, exatamente, nos modos de expressão e criação e, portanto, como patrimônio cultural imaterial.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental.

### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 30 de maio de 2012.

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADA MARLA TURECK  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO GAILO QUINTANA  
RELATOR

DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 230/2012

**SÚMULA:** Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo e da remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 1º. Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal efetivo e a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ficam reajustados em 5,1% (cinco vírgula um por cento), nos termos do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. O reajuste disposto no caput. também se aplica aos servidores inativos que não possuem paridade salarial com os servidores ativos.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, relacionadas aos servidores ativos e inativos, correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2012.

Palácio do Governo em Curitiba de de 2012.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



**ANEXO I**

**VENCIMENTO DE CARGO EFETIVO COM 5,1% DE REAJUSTE**

Servidor Efetivo										RS 1,00
referencial	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
01	2.297,21	2.693,51	3.158,16	3.702,99	4.341,73	5.090,49	5.968,44	6.901,11	8.850,51	
02	2.330,70	2.732,74	3.204,16	3.756,93	4.404,97	5.164,67	6.042,62	7.044,31	8.830,01	
03	2.364,64	2.772,65	3.250,87	3.811,68	4.469,15	5.239,95	6.117,84	7.180,50	9.013,25	
04	2.399,09	2.812,94	3.298,22	3.867,20	4.534,29	5.316,26	6.194,17	7.339,72	9.200,30	
05	2.434,04	2.853,94	3.348,30	3.923,57	4.600,31	5.393,70	6.271,64	7.482,03	9.391,22	
06	2.469,52	2.895,54	3.395,03	3.980,76	4.667,34	5.472,28	6.350,24	7.647,51	9.586,11	
07	2.505,50	2.937,73	3.444,51	4.038,76	4.735,34	5.551,98	6.430,02	7.806,22	9.785,04	
08	2.542,02	2.980,56	3.494,74	4.097,62	4.804,33	5.632,90	6.510,91	7.968,20	9.988,09	
09	2.579,11	3.024,03	3.545,71	4.157,35	4.874,33	5.714,98	6.592,93	8.133,58	10.195,38	
10	2.616,66	3.068,09	3.597,34	4.217,90	4.945,34	5.798,22	6.678,18	8.302,34	10.406,94	
11	2.654,79	3.112,78	3.649,76	4.279,40	5.017,39	5.882,72	6.760,67	8.474,62	10.622,91	

**REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO - SIMBOLOGIA "DAS" E "C" REAJUSTADA EM 5,1%**

Servidor Comissionado								RS 1,00
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	ENCARGOS ESPECIAIS	VENCIMENTO BÁSICO		REPRESENTAÇÃO DE GABINETE	TOTAL COM ENCARGOS ESPECIAIS		
		SERVIDOR COM E SEM VÍNCULO	SERVIDOR COM VÍNCULO	SERVIDOR SEM VÍNCULO		SERVIDOR COM VÍNCULO	SERVIDOR SEM VÍNCULO	
DAS-1	-	6.760,67	185,35	826,80	1.259,89	8.185,91	8.847,36	
DAS-2	Director / Inspetor	5.968,44	145,93	729,69	1.107,60	7.221,97	7.805,73	
DAS-2	-	5.662,72	145,93	729,69	1.107,60	7.196,25	7.720,01	
DAS-3	Coordenador	5.551,98	136,02	680,07	1.032,24	6.720,24	7.264,29	
DAS-3	-	5.472,28	136,02	680,07	1.032,24	6.640,54	7.184,59	
DAS-4	-	4.735,34	116,30	581,54	882,68	5.734,30	6.199,54	
DAS-5	-	4.341,73	106,38	531,68	807,27	5.255,38	5.680,68	
1-C	-	2.693,51	68,85	343,21	201,71	2.963,67	3.236,43	
2-C	-	2.693,51	63,40	317,00	188,29	2.943,20	3.198,60	
3-C	-	2.693,51	58,53	292,61	171,95	2.923,99	3.158,07	

K



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



EXPOSIÇÃO / JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre reajuste a ser aplicado sobre o vencimento básico dos servidores ativos e inativos e sobre a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Tem por objetivo assegurar o princípio da revisão geral anual aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dando efetividade ao disposto no Art. 37, X, da Constituição Federal e art. 27, X, da Constituição do Estado.

O índice, ora pleiteado, de 5,1% (cinco vírgula um por cento) é fruto dos percentuais inflacionários calculados pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o período de maio/2011 a abril/2012, consoante tabela 1:

Tabela 1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo – mai/11 a abr/12

Competência	Índice Mês	Acumulado (%)
Mai/11	0,47	0,47
Jun/11	0,15	0,62
Jul/11	0,16	0,78
Ago/11	0,37	1,15
Sep/11	0,53	1,69
Out/11	0,43	2,13
Nov/11	0,52	2,66
Dez/11	0,50	3,17
Jan/12	0,56	3,75
Fev/12	0,45	4,22
Mar/12	0,21	4,44
Abr/12	0,64	5,10
<b>Total</b>		<b>5,10</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Impactos e Memória de Cálculo

O impacto orçamentário e financeiro do Anteprojeto de Lei em comento, observadas as disposições legais, será suportado integralmente pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras, e importará, em um acréscimo de:

- > R\$ 670.988,55 / mês (seiscentos e setenta mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).
- > R\$ 8.924.147,71/ ano (oito milhões, novecentos e vinte e quatro mil, cento e quarenta e sete reais e setenta e um centavos).

Na tabela 2 são apresentados o histórico da despesa total com pessoal desta Casa e a projeção de gastos no exercício de 2012, assim como nos dois exercícios subsequentes, em comparação ao limite de gasto total possível, segundo as disposições da LC 101/2000, que têm por base a Receita Corrente Líquida (RCL):

Tabela 2. Evolução da Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida – 2007 a 2014 Em R\$ mil

Elemento	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Despesa Total Pessoal	113.839	120.664	136.624	148.741	179.019	201.037	209.163	213.559
Receita Corrente Líquida*	12.486.483	14.482.742	16.612.200	18.956.101	19.713.389	21.884.728	23.853.201	26.238.621
Limite (% de RCL)	0,91	0,87	0,83	0,88	0,90	0,92	0,88	0,81

Notas: \* Para o cálculo da RCL entre 2012 e 2014 foi adotada a variação percentual de 10% ao ano, conforme histórico recente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Observa-se que o percentual da despesa com pessoal em relação à RCL apresenta o pico de crescimento em 2012 (0,93%), retomando a trajetória descendente nos exercícios subsequentes. No entanto, ressalta-se que esse crescimento ocorre principalmente por outros motivos, tais como a contratação de 37 novos servidores e o provável reajuste dos subsídios dos Membros deste Tribunal em aproximadamente 20%. Sem o impacto desses dois itens o percentual se manteria em 0,90%, como em 2011.

Tabela 3. Evolução da Despesa Proposta – Projeção 2012 – 2014

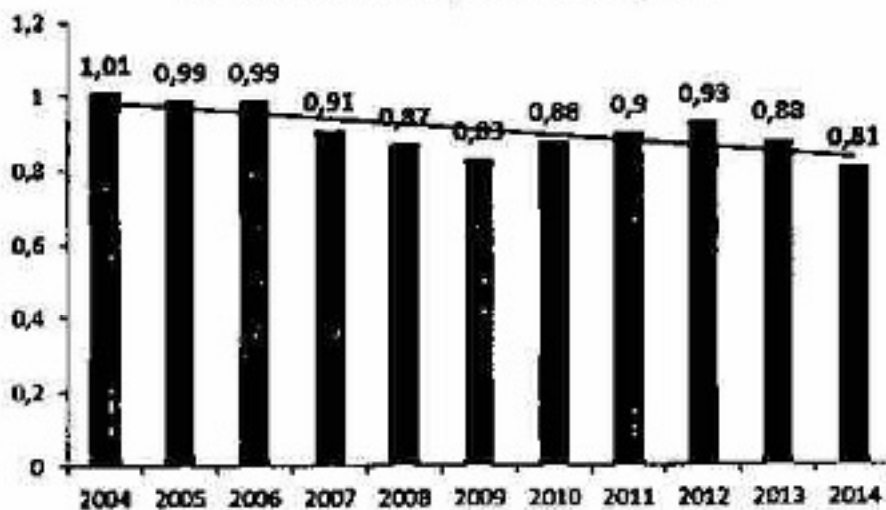
R\$

	VALORES DE 2011	PROJEÇÃO 2012	PROJEÇÃO 2013	PROJEÇÃO 2014
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA*	18.713.389	21.884.728	23.853.201	26.238.621
FOLHA DE PAGAMENTOMÊS	13.880.000	16.582.261	18.012.186	18.455.440
ACRÉSCIMOMÊS	-	670.988	186.287	715.889
ACRÉSCIMO/ANO	-	6.240.193	9.247.317	9.682.367
FOLHA DE PAGAMENTO/ANO	178.019.000	201.037.000	228.183.000	213.559.000
% DESPESA DE PESSOAL S/ RCL	0,90%	0,93%	0,88%	0,81%

Nota: \* RCL prevista.

O percentual de comprometimento da despesa de pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) para o exercício corrente e os dois subsequentes são apresentados no gráfico 1, em atendimento ao preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o percentual gasto nos últimos anos.

Gráfico 1. Limite de Despesa de Pessoal (% RCL)



Fonte: Elaboração própria

A Lei de Responsabilidade Fiscal fixa o limite máximo para as despesas de pessoal (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) em 1,36% da RCL, tendo como limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF), 1,29%. Ambos são plenamente atendidos. Abaixo, o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre de 2011 – janeiro de 2011 a dezembro de 2011.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



ESTADO DO PARANÁ - PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RDF - ANEXO I (LRF, art. 36, inciso I, alínea "a")

R\$ 100

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (Grupo e subgrupo)	
	LEGISLADAS (R)	MONTANTES DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSIONAIS (R)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (R)</b>	<b>207.448.871,93</b>	<b>27.082.247,38</b>
Proenquistas	60.790.000,00	2.000.000,00
Proenquistas e Promoveções*	66.788.750,00	5.986.474,88
Outras despesas de pessoal e decorrentes de contratos em execução (LRF do art. 36, inciso I)		
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (R) (LRF art. 36, inciso I)</b>	<b>29.517.344,44</b>	<b>96.979.862,34</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Desmobilização Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Esportes Artísticos	29.517.344,44	96.979.862,34
Instituições e Parcerias com Terceiros e Vinculadas	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (R) (R - R)</b>	<b>177.931.527,49</b>	<b>164.913,58</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - ODP (R) - (R + R)</b>	<b>177.931.527,49</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>99,08</b>	
<b>RESCOTA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (R)</b>	<b>2.700.000,00</b>	
<b>VALOR ORÇAMENTAL TOTAL COM PESSOAL - (ODP) menos RCL (R) - (R) (R)</b>	<b>175,08</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (LRF art. 36, inciso I) - 100%</b>	<b>200.000.000,00</b>	
<b>LIMITE FISCAL (LRF art. 36, inciso I) - 100%</b>	<b>200.000.000,00</b>	

**FONTE:**

Ressources BARRERPA/Despesa de Pessoal RCL e RCL Vinculadas: Ponto e Paga - RCL-ODP

\*Os Proenquistas são fixados conforme as bases de cálculo para despesas de pessoal em virtude de sua natureza, sendo em decorrência de uma ou mais competências do PARANÁ-PROENQUISTA.

\*\*OCL (Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ/PR) - conforme Resolução do Conselho do Estado em 20/07/2011.

Nota 1: Durante o período, ocorreram despesas liquidadas e não liquidadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas foram pagas e as despesas não liquidadas foram inscritas em dívida ativa. Dessa forma, para maior transparência, as despesas inscritas em dívida ativa foram segregadas em:

a) Despesas liquidadas, inscritas em dívida ativa em virtude de despesas pagas, nos termos do art. 36, inciso I, LRF.

b) Despesas inscritas em dívida ativa, inscritas em dívida ativa em virtude de despesas pagas, nos termos do art. 36, inciso I, LRF.

Nota 2: Os valores das despesas inscritas em dívida ativa foram inscritos em dívida ativa nos termos do art. 36, inciso I, LRF.

Encontra-se anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.012, de 14/12/2011), e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012 - 2015 (Lei Estadual nº 17.013, de 14/12/2011) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 16.889/11).



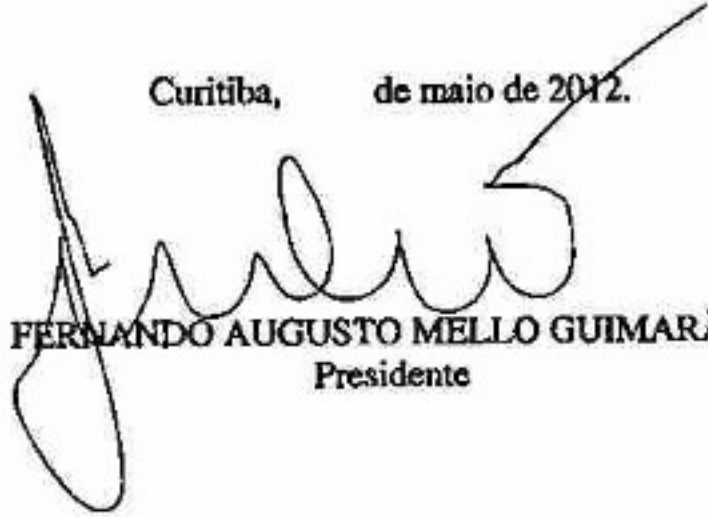


## DECLARAÇÃO

Eu, Fernando Augusto Mello Guimarães, CPF: 317.173.149-53, Presidente do TCE/PR, eleito em sessão ordinária nº 45, de 09/12/2010, publicada no AOTC nº 281, de 07/01/2011, na qualidade de ordenador de despesa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR declaro que o aumento de despesa com pessoal decorrente da recomposição da inflação em comento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.012/11) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012/2015 (Lei Estadual nº 17.013/11) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 16.889/11), bem como preenche os requisitos exigidos na Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

Declaro, ainda, que a referida despesa não excede o limite de gastos com pessoal previsto no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Curitiba, de maio de 2012.



FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES  
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ofício nº 175/12/OIN-GP

Curitiba, 16 de maio de 2012.



Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura do expediente  
II - À DI para providências.  
Em 28/05/2012  
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a superior deliberação dessa Casa de Leis, o anexo Anteprojeto de Lei, que trata da recomposição salarial aplicada às tabelas de vencimento básico dos servidores ativos e inativos, titulares de cargos efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e da remuneração dos cargos em comissão, devidamente acompanhado da Exposição de Motivos.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES  
Presidente

Exmo. Senhor Deputado  
VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
Centro Cívico  
N/CAPITAL

leg

14:28 28/05/2012 083211 DP ASSUNTOS LEGISLATIVOS DO TCEPR



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 230/12**

Projeto de Lei nº. 230/12  
Autor: Tribunal de Contas.

**Súmula:** Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo e da remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao artigo 37, Inciso X, da Constituição Federal.

**EMENTA:** REAJUSTE DOS VALORES DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 77 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR 113 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas reajusta, conforme especifica os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo e da remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Paraná.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

O De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 24 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Sobre a competência do Tribunal de Contas, temos o que segue, conforme CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ, sendo vejamos:

Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição. (vide ADIN 2309-8) (vide ADIN 1190-1)

O O tribunal possui seu Regimento Interno, que normaliza as questões internas, que segue:

Art. 1º O Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, integrado por 7 (sete) Conselheiros e com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tem



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



sua competência definida nas Constituições Federal e Estadual e em sua Lei Complementar n.º 113, de 15 de dezembro de 2005.

Para gerir a sua administração interna, o Tribunal de Contas do Paraná possui sua Lei Orgânica própria, a qual foi criada pela Lei Complementar 113 de 15 de Dezembro de 2005.

Segundo, temos no artigo 2º, Inciso V, a competência do Tribunal de Contas em propor a Assembleia Legislativa à fixação dos respectivos vencimentos de seus funcionários, senão vejamos:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

(...)

V - propor à Assembleia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos (Grifos Nossos).

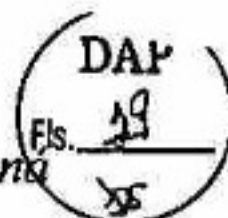
No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Contas anexou ao projeto, declaração que o





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.012/11), compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2012-2015 (Lei Estadual nº 17.013/11) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 16.889/11).

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Contas detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de Junho de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
**RELATOR**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 230/12**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Contas – Ofício nº 174/12 que dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo e da remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator, exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa.

Podemos observar ainda, que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei, relacionadas aos servidores ativos e inativos, correrão por conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Paraná e do PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, consoante a justificativa do próprio autor, observadas as disposições legais, será suportado integralmente pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiros, e importará, em um acréscimo de R\$670.988,55 (seiscentos e setenta mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)/mês, e R\$8.924.147,71 (oito milhões, novecentos e vinte e quatro mil, cento e quarenta e sete reais e setenta e um centavos)/ano.

De igual modo, é salutar observar que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Contas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 16.889/11, bem como atende a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Sendo assim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

06/01/12

*Dep. Francisco Bührer*  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO MARLATUPECK  
RELATORA

*Dep. ENIO VERRI*